



MEMORIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Revista do **MEMORIAL**

1937-1967

MEMÓRIAS
QUE NÃO PODEM
SER ESQUECIDAS



DESDE 1998

1968-1975

1975-1982

1990-1998

1982-1990

1914

DESDE 2003



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

WWW.MPMT.MP.BR

**A Pandemia não acabou.
Continue seguindo as
orientações de saúde.**



► MEDIDAS DE AUTOCUIDADO

ORIENTAÇÕES SOBRE COVID-19



Lave as mãos com maior frequência usando água e sabão ou com álcool 70%;



Faça uma boa higiene respiratória (use um papel descartável para cobrir a boca e o nariz quando tossir ou espirrar). Jogue o papel no lixo e em seguida lave as mãos;



Evite tocar nos olhos, nariz e boca;



Não compartilhe objetos de uso pessoal, higienize celular, óculos e demais objetos de uso recorrente sempre que possível;



Intensifique a limpeza e desinfecção de objetos de uso pessoal, principalmente os mais tocados, utilizando álcool a 70%;



Se possível, mantenha as janelas abertas para favorecer a circulação de ar nos ambientes;



Mantenha uma distância mínima de cerca de 1,5 metros de qualquer pessoa, principalmente se você estiver ao lado de alguém que tosse ou espirra;



Evite circulação desnecessária, viagens e aglomerações;



Fique em casa se sentir sintomas da COVID-19 e comunique o Departamento de Gestão de Pessoas, conforme protocolo 04. Se tiver com febre, cansaço, tosse seca e falta de ar procure uma unidade de saúde;



Utilize máscaras de proteção respiratória





A Revista do Memorial
está disponível digitalmente
e pode ser visualizada em
tablets e smartphones



Posicione seu celular no QR Code
e acesse a revista eletrônica



Acompanhe o Ministério Público

Siga o Ministério Público nas redes sociais e entre em contato conosco!



mpmt.mp.br



facebook.com/mpemt



instagram.com/mpemt



mpmt



Publicação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Quatro, nº 237, Centro Político e Administrativo
Cuiabá-MT. CEP: 78.049-921
Telefone: (65) 3613-5100

Procurador-Geral de Justiça

José Antônio Borges Pereira

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

Esther Louise Asvolinsque Peixoto

Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional

Deosdete Cruz Júnior

Corregedor-Geral

Hélio Fredolino Faust

Corregedor-Geral Adjunto

João Augusto Veras Gadelha

Secretário-geral de Gabinete

Milton Mattos da Silveira Neto

Promotora de Justiça Auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça

Hellen Uliam Kuriki

Promotora de Justiça Auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça

Claire Vogel Dutra

MEMORIAL DO MPMT

Coordenação do Memorial e Presidente do Conselho Curador

Eunice Helena Rodrigues de Barros

Membros - Conselho Curador

Hellen Uliam Kuriki

Januária Dorileo

José Floriano Nunes Dias

Servidores - Conselho Curador

Gabriela Maria Perboyne Bonilha

João Pedro de Campos Filho

José Gabriel da Silva

Loaci Argemira Cavalcanti

Rafael Adão

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Reportagem

Ana Luiza Anache

Anderson Pinho

Clênia Goreth

Janã Pinheiro

Tania Rauber

Projeto de design gráfico, artes e diagramação

Emanuel Evandir S. Costa

Revisão

Tinho da Costa Marques

Imagens: Acervo Memorial MPMT

DECOM/MPMT



Sumário

06

EDITORIAL

Uma instituição sonhada e preparada durante 130 anos

15

INFRAESTRUTURA

Visibilidade ganha força com a construção de sedes próprias

08

PALAVRA DO PGJ

130 anos de história nos credenciam a construir um futuro virtuoso

18

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Pandemia antecipa investimentos em sistemas, aplicações e armazenamento em nuvem

10

MATÉRIA ESPECIAL

130 anos de história do MPMT

22

MINHA HISTÓRIA NO MPMT

Por Adriano Augusto Streicher de Souza, Promotor de Justiça





24

ENTREVISTA

Procurador-Geral de Justiça destaca as mudanças que o MPMT passou ao longo destas 13 décadas de existência

39

MEMBRAS DO MPMT

Uma história de luta, conquistas e quebra de paradigmas

29

BOAS PRÁTICAS

Iniciativas do MPMT são reconhecidas e premiadas nacionalmente

45

COMUNICAÇÃO

Redes Sociais aproximam MP da população

36

MINHA HISTÓRIA NO MPMT

Por Elisamara Sigles Vodonós Portela, Promotora de Justiça

46

EU FAÇO PARTE DESSA HISTÓRIA

Membros e servidores aderem a campanha de comemoração dos 130 anos do MPMT



Editorial

UMA INSTITUIÇÃO SONHADA E PREPARADA

E chegamos ao final de mais um ano e que ano!! Este ano de 2021 marca o começo da vitória da ciência sobre a Covid-19 que assolou o nosso planeta e determinou um estilo de vida bem diferente ao que nós, brasileiros, estamos acostumados: ao invés do acolhimento físico entre parentes e amigos, tivemos que nos isolar em nossas casas, conversar via telas de computadores e celulares, reuniões virtuais, trabalhar em home office...

Mas, felizmente, dezembro/2021 chegou dando um alento com o número de mortes pela Covid-19 reduzindo a cada dia e, ainda que estejamos sentindo tristeza pela perda de familiares, amigos e colegas de Ministério Público para Covid, podemos dizer que este dezembro chega “Comvida”, com vontade de recuperar o abraço apertado, o beijo que nesses quase dois anos foi guardado, a alegria de nos reunirmos presencialmente no aconchego de nossas famílias, o retorno as viagens para matar saudades dos amigos e familiares distantes geograficamente e, é nesse clima, misto de nostalgia e de vida que se renova com o nascer de um novo ano, que comemoramos os 130 anos do Ministério Público Mato-grossense.

Quantos colegas, antes de nós sonharam e prepararam esta instituição, para ser o que vemos hoje: uma instituição forte, aguerrida, defensora do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 CF).

É com alegria que podemos proclamar que a luta engendrada pelos colegas nos idos de 1891, - mais precisamente, 15 de agosto de 1891, data da outorga da primeira Constituição Estadual quando o Ministério Público de Mato Grosso ganhou corpo como instituição -, a luta vicejou e gerou frutos! É evidente que a instituição que se delineava naquela época, estava muito longe da que temos hoje, mas isso serve para reforçar a importância da luta travada pelos colegas que nos antecederam e que nos possibilitaram chegar aqui, após 130 anos de existência, com uma instituição forte, digna dos melhores e maiores elogios e isto, seja dito, não é simples lisonja, não é não!. O Ministério Público Mato-grossense ao longo desta última década conquistou 16 prêmios nacionais em reconhecimento às boas práticas inovadoras nas áreas de meio ambiente, cidadania, infância e juventude e criminal; Foram 14 Prêmios do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), um Prêmio Inovare e um Prêmio Prioridade Absoluta, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

DURANTE 130 ANOS



Diria eu, que esses prêmios já seriam motivos mais que suficientes para comemorarmos esses 130 anos de existência, mas há muito mais a comemorar.

Assim, convido vocês, leitores, para embarcarem nesta jornada histórica que esta revista do nosso Memorial MPMT vem proporcionar, como o registro da primeira mulher a ser nomeada para integrar os quadros da nossa instituição, Ana Maria do Couto (1925), também conhecida como May; e, depois, Maria Inês França Auad (1966), como a primeira mulher a ingressar por concurso público no nosso MP e, depois delas, outras mulheres, como poderão verificar, continuam ilustrando nossa instituição com muita dedicação e denodo; verão, também, o sucesso da Campanha “Eu faço parte desta história”, em alusão aos nossos 130 anos de existência e que mobilizou membros e servidores nas redes sociais; temos ainda, nesta edição, uma novidade: o Podcast Vozes do MP ; e não é só , tem muito mais.....

Tenho certeza que todos irão se regalar mergulhando em nossa história, afinal são “MEMÓRIAS QUE NÃO PODEM SER ESQUECIDAS”!

Eunice Helena Rodrigues de Barros

Procuradora de Justiça e Coordenadora do Memorial do MPMT

Palavra do PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

130 ANOS DE HISTÓRIA NOS CREDENCIAM A CONSTRU

O Ministério Público de Mato Grosso faz parte da minha história. Desses 130 anos que está completando, testemunhei e compartilhei com colegas membros, servidores e colaboradores 29 anos na instituição que tanto me orgulha, a serem completados em dezembro de 2021. Ser Promotor de Justiça foi um sonho que conquistei com muito esforço e dedicação, que me proporcionou a oportunidade de atuar profissionalmente em defesa da sociedade, dos cidadãos, principalmente daqueles aos quais o Poder Público não assegura uma vida digna.

Não foi fácil ao MPMT chegar ao patamar em que se encontra hoje. Ao longo desses 130 anos, foi galgando cada degrau, superando desafios. Nos seus primeiros idos, sequer tinha sedes, qualquer espaço próprio que fosse para se abrigar. Vivia de favores de outras instituições. Hoje, estamos presentes em todo o Estado de Mato Grosso, na grande maioria das comarcas com sede própria, com promotoras e promotores atuando em sua função institucional e constitucional.

Nas páginas desta edição especial da Revista do Memorial boa parte dessa história é contada pelo testemunho de colegas membros já aposentados ou em plena atividade. São relatos que enriquecem a história da nossa instituição.

Com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, o Ministério Público passou a desempenhar um papel fundamental em nossa sociedade, como defensor da democracia, dos direitos humanos, dos idosos, do meio ambiente, do direito à saúde e educação de qualidade, das minorias. Isso nos fortaleceu, mas aumentou nossas responsabilidades.

O maior patrimônio de um país é o seu povo, sua gente, seus recursos naturais. Cabe ao Ministério Público defendê-lo com toda energia e comprometimento. E o MPMT não tem se omitido, não foge de suas responsabilidades. E assim continuará sendo, pois esse é seu papel numa democracia.

Se temos um passado do qual podemos nos orgulhar, temos que continuar olhando para o futuro. E a isso temos nos dedicado ao longo do primeiro e agora no segundo mandato à frente da Procuradoria-Geral de Justiça, procurando manter a instituição sintonizada com as transformações tecnológicas, sociais e culturais, que hoje ocorrem de forma rápida, orgânica e surpreendente.

A tecnologia 5G está chegando ao Brasil, adentraremos ainda mais na era da inteligência artificial. Neste cenário, é muito importante que busquemos uma atualização tecnológica constante. Para traçar suas metas, estabelecer seus objetivos estratégicos e balizar suas ações, o Ministério Público precisa dispor de dados sistematizados, constantemente atualizados e confiáveis.

Qualquer administrador, seja na área pública ou privada, precisa dispor de dados fidedignos para tomar decisões. Reestruturamos o Departamento de Planejamento e implantamos um Centro de Estatística, que nos dá informações atualizadas e seguras, fundamentais para colocarmos em prática nosso Planejamento Estratégico Institucional, construído de forma compartilhada por membros, servidores e colaboradores e ouvindo a sociedade por meio de consulta.

Optamos, creio que de forma acertada, em construir um Planejamento Estratégico enxuto, realista, com

IR UM FUTURO VIRTUOSO



metas e objetivos claros e, principalmente, exequíveis. Experiências passadas demonstraram que planejamentos excessivamente ambiciosos, com um sem número de metas e objetivos estratégicos a serem atingidos, podem até impressionar, mas não saem do papel. Têm um grau de efetividade muito baixo.

Quero pontuar, porém, o que sempre foi indispensável ao Ministério Público nesses 130 anos de existência: o capital humano. Investimento em tecnologia é importante? Muito. Mas não podemos deixar de ter o Promotor de Justiça atuando. Não temos nenhuma promotoria no estado desguarnecida de promotor. É direito da população e obrigação da instituição estar presente em todas as cidades para receber as demandas individuais e indisponíveis do cidadão e as demandas coletivas da sociedade.

Precisamos ter o promotor atendendo a população. Nesse sentido, demos posse em 2021 a 12 novos Promotores Substitutos e, no próximo ano, daremos posse a mais cinco aprovados no concurso que realizamos.

Finalizando, quero destacar que, se o MP tem cuidado com o cidadão, defendendo seus direitos, temos que dar exemplo também no âmbito interno daquilo que a gente exige de outras instituições. Temos o dever de proporcionar um ambiente saudável, de boas condições de trabalho, aos nossos membros e servidores. É nesse campo que o “Vida Plena – MPMT Pensando em Você” atua. É um programa abrangente, com profissionais das áreas de psicologia, assistência social, dentre outras, que dão todo suporte necessário aos nossos membros e servidores para que tenham condições de trabalho dignas, bem-estar físico e mental, lazer, atividades de integração e convivência.

Só com um ambiente de trabalho saudável e membros e servidores felizes o Ministério Público pode dar à sociedade a resposta que ela espera da instituição.

José Antônio Borges Pereira

Procurador-geral de Justiça de Mato Grosso

MPMT COMPLETA 130 ANOS DE HISTÓRIA

Por Janã Pinheiro

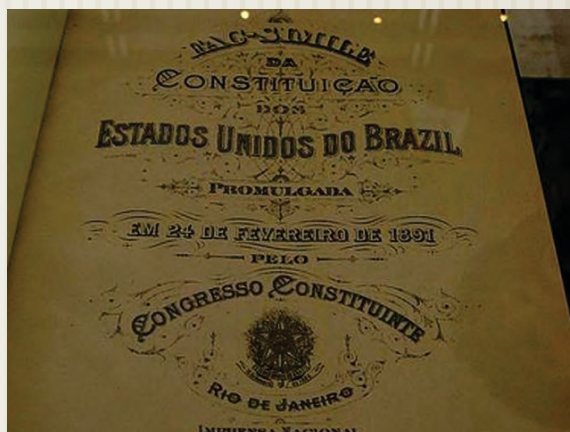
Podemos considerar que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso nasceu oficialmente, como instituição, no dia 15 de agosto de 1891, data da outorga da primeira Constituição Estadual, quando ganhou corpo institucional, com delimitações claras de suas atribuições e de seus membros - Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça. A Carta Constitucional também delimitou mais claramente suas atribuições nas esferas Cível e Penal. Sendo assim, o MPMT completou este ano (2021) 130 anos de história.

A ideia, no entanto, do que atualmente concebemos como Ministério Público remonta às civilizações antigas, como Egito, Grécia e Roma. No Egito, por exemplo, existiam funcionários chamados de *magiais*, responsáveis por combater a violência, fiscalizar as leis, funções muito parecidas como as que temos hoje desempenhadas por Promotores e Procuradores de Justiça. Mas, estes agentes eram subordinados aos seus governantes e agiam, sobretudo, na defesa dos interesses do Estado.

Esses modelos estavam longe de constituir o que hoje compreendemos como Ministério Público, todavia

traduzem um percurso histórico e certas semelhanças com o entendimento moderno do que temos atualmente desta instituição.

No Brasil, essa tradição veio com a colonização portuguesa. Nesse período, existiam os chamados Procuradores do Rei. Eles eram os representantes do Estado e do soberano real, atuando na defesa de seus interesses junto aos Tribunais das Relações, tanto aqui na



Capa interna da Constituição de 1891 - Estados Unidos do Brasil

INSTITUIÇÃO PASSOU POR UM LONGO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DA SUA IDENTIDADE EM MEIO AOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.



SELO COMEMORATIVO

DESENVOLVIDO PELO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

colônia (Brasil) como na metrópole (Portugal).

“À medida que essa sociedade colonial se dinamizava, cresciam vilas como, por exemplo, Cuiabá. Nestas vilas estes procuradores acabavam assumindo novas funções de interesses coletivos e também se responsabilizando ou agindo em relação ao direito de idosos, órfãos, viúvas, ou seja, daqueles desalentados que não tinham ninguém para olhar por eles. Então, os procuradores do rei acabavam assumindo essas funções, de representar essas pessoas nos tribunais de relação”, explica o gerente de Documentação e Arquivo do MPMT, o historiador Rafael Adão.

Neste período começou a surgir, de certa forma, o desenho do que temos hoje do Ministério Público, contudo, ainda era uma função muito atrelada ao rei. “No Império existia esse vínculo muito forte com a figura do soberano. Foi a partir do período republicano, em 1888, que o Ministério Público começou a ganhar um formato mais institucional, próprio, não subordinado tanto ao Estado. Em nível de Estado, com a promulgação da Constituição Estadual, em 15 de agosto de 1891, ou seja, dois anos depois da proclamação da República, nós passamos ter uma parte da Constituição especificando apenas o Ministério Público, quais seriam suas funções, inclusive delimitando questões da esfera cível e criminal, quais seriam os atributos desta instituição. A Constituição de 1891 trouxe uma delimitação mais robusta, mais clara dos cargos de procurador e promotor de Justiça”, relata o historiador.



Cuyabá, Tribunal da Relação

Tribunal da Relação - Primeira sede do Ministério Público

**“ A CONSTITUIÇÃO DE 1891
TROUXE UMA DELIMITAÇÃO MAIS ROBUSTA,
MAIS CLARA DOS CARGOS DE PROCURADOR
E PROMOTOR DE JUSTIÇA**

Desde a proclamação da República, o Ministério Público já passou por sete Constituições Federais, em cada uma delas com um formato distinto, sendo, em determinado momento, subordinado ao Judiciário. “Na Constituição do Estado Novo aconteceu essa subordinação ao Poder Judiciário. Os desembargadores assumiam, por vezes, a função de Procurador. Durante muitos anos, antes da Constituição de 1988, em Mato Grosso houve um fato bastante curioso e que nem todos sabem. Quando o governador indicava alguém para assumir cargo no Ministério Público, ele podia assumir tanto a função de Promotor, quanto de Defensor Público. O órgão acumulava essas duas atribuições, tanto de fiscal da lei, como de defensor público dos mais humildes para as causas individuais junto aos fóruns e tribunais de Justiça. Hoje são órgãos totalmente distintos e independentes”, diz Rafael Adão.

O Ministério Público, até a Constituição de 1988, era muito subordinado ao poder Executivo, tanto que era o governador que indicava quem assumiria os cargos. “Em Mato Grosso o curso de Direito demorou para se consolidar, eram poucas pessoas com formação nessa área, o que dificultava as nomeações. Somente na década de 60 foi realizado o primeiro concurso público para o Ministério Público de Mato Grosso, a custo de muita batalha, porque para os governos ainda era interessante, por uma questão política, escolher quem assumiria os cargos”.



05 de Outubro de 1988 - Sessão solene no Congresso Nacional em que foi promulgada a atual Constituição

Os primeiros promotores concursados tiveram que batalhar, com um mandado de segurança, para assumir seus cargos. “Mesmo com os avanços, o Ministério Público ainda era muito subordinado e influenciado pelo Estado, suas funções se confundiam. Apenas na Constituição de 1988 que passamos a ter realmente uma instituição autônoma, independente e com orçamento próprio”, acrescentou.

Memorial do Ministério Público Estadual na Procuradoria-Geral de Justiça





Documentos antigos guardam a história do Ministério Público de Mato Grosso.

A “Constituição Cidadã” não proporcionou ao MP apenas independência administrativa, financeira e funcional, ela conferiu à instituição, atribuições para melhor trabalhar em prol da sociedade, principalmente dos menos favorecidos, garantindo amplos direitos ao cidadão. “Isso é uma atribuição fundamental, tanto que é uma configuração singular no mundo até hoje. O MP abraçou integralmente essa missão, tanto é que vemos seu protagonismo o tempo todo em questões fundamentais relacionadas a meio ambiente, violência doméstica, proteção do idoso, infância e juventude, patrimônio público, saúde e educação. Ele tem esse protagonismo fundamental que a Constituição de 1988 resguardou”, afirma o historiador.

O Ministério Público que conhecemos hoje não é uma instituição que nasceu pronta, foi um processo de construção que atravessou séculos e ainda não está 100% estabelecida. “Infelizmente, mesmo com todos os avanços, existe uma série de trâmites no Congresso que tentam limitar essas atribuições, que tentam limitar a atuação do Ministério Público. É como costumamos dizer: a história não é um progresso linear, ela existe com rupturas, retrocessos, e nós temos que estar atentos a isso. Não podemos perder o que duramente foi conquistado”, finalizou Rafael Adão. **M**



Medalha de Comenda Promotor de Justiça, honra ao mérito símbolo do Memorial do Ministério Público Estadual



Rafael Adão
gerente de documentação e arquivo do MPMT

PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA | MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO



Walter Faustino Dias
20/06/1975 - 27/02/1978



Lourival Pinto de Souza
27/02/1978 - 15/03/1979



Leônidas Duarte Monteiro
15/03/1979 - 15/03/1983
15/03/1983 - 15/03/1987



Ulysses Ribeiro
15/03/1987 - 15/03/1989
16/03/1989 - 15/03/1991



Luiz Vidal da Fonseca
04/04/1991 - 02/04/1993
03/04/1993 - 02/04/1995



Antonio Hans
29/05/1974 - 14/05/1975
03/04/1995 - 20/05/1997
20/05/1997 - 22/04/1999



Guiomar Teodoro Borges
23/04/1999 - 22/04/2001
23/04/2001 - 22/04/2003



Luiz Eduardo Martins Jacob
23/04/2003 - 11/04/2005



Paulo Roberto Jorge do Prado
12/04/2005 - 06/04/2009
08/03/2013 - 09/11/2014
10/12/2014 - 06/03/2015
06/03/2015 - 06/03/2017



Marcelo Ferra de Carvalho
07/04/2009 - 10/03/2011
10/03/2011 - 07/03/2013



Luiz Alberto Esteves Scaloppe
10/11/2014 - 09/12/2014
12/11/2018 - 14/12/2018



Mauro Benedito Pouso Curvo
06/03/2017 - 01/03/2019



José Antônio Borges Pereira
01/03/2019 - Em exercício

AS MEMÓRIAS DO MPMT PODEM SER ACESSADAS VIRTUALMENTE ATRAVÉS DO QR CODE ABAIXO, OU PELO SITE: WWW.MPMT.MP.BR/MEMORIAL



IDENTIDADE

VISIBILIDADE GANHA FORÇA COM A CONSTRUÇÃO DE SEDES PRÓPRIAS



Por Clênia Goreth

A década de 1990 marca um novo capítulo na história dos 130 anos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Após a ampliação do leque de atuação, conquista obtida com a Constituição Federal de 1988, a instituição passou a ter mais visibilidade com a construção de sedes próprias. Foi nessa época que o MP começou a sair das salas emprestadas por diversas instituições para ter o seu próprio endereço.

De acordo com o livro “Ministério Público do Estado de Mato Grosso – Trajetória Histórica”, de autoria de Elizabeth Madureira Siqueira e Ilza Dias Paião, na década de 1990 foram construídas 09 sedes próprias no interior

do estado. Os prédios foram inaugurados nos municípios de Pontes e Lacerda, Sorriso, Tangará da Serra, Barra do Bugres, Guiratinga, Várzea Grande, Cáceres, Primavera do Leste, Rondonópolis e Itiquira.

O cenário, que até então se restringia a uma sala pequena, muitas vezes ocupada apenas pelo promotor de Justiça, começava a mudar. O procurador de Justiça aposentado Mauro Delfino César relembra que em março de 1967, quando começou a trabalhar no Ministério Público como datilógrafo, dividia uma sala no Fórum de Cuiabá, localizado na Avenida Getúlio Vargas, com outros três servidores públicos. A equipe, segundo ele, ficava na mesma sala do procurador-geral de Justiça e era responsável por conduzir toda a instituição.

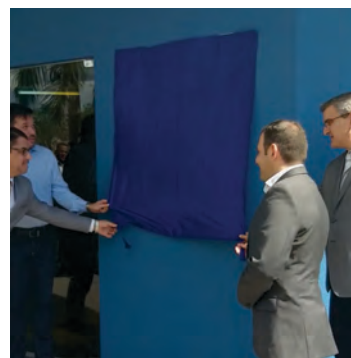
Ele conta que quando ingressou no Ministério Público do Estado de Mato Grosso, na época com 20 anos de idade,

nunca imaginou, nem nos seus sonhos mais remotos, que um dia a instituição se tornaria o que é hoje. Mauro Delfino César assumiu o cargo de diretor-geral do MP em fevereiro de 1981 e depois, em dezembro de 1983, foi nomeado para exercer o cargo de promotor de Justiça, após aprovação em concurso público.

A cada década, novas conquistas. Entre os anos de 2000 a 2010, ainda conforme a publicação, foram construídas 22 novas sedes próprias. Atualmente, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso possui imóveis em 55 municípios, sedes alugadas em mais 19 cidades e outras três sedes instaladas em prédios dos fóruns.

De acordo com informações do Departamento de Engenharia da Procuradoria-Geral de Justiça, existem obras em andamento para construção de novas sedes em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Juína, Várzea Grande, Rondonópolis, Nobres, Jaciara, Alta Floresta e Anexo II nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça.

Para 2022, foi previsto no Plano de Trabalho Anual a realização de licitação e início de obras em Querência, Rio Branco, Nova Xavantina, Água Boa e Barra do Bugres.



Sede das Promotorias de Justiça de Primavera do Leste





Sede das Promotorias de Justiça da Capital



CUIABÁ – Primeiro o Palácio da Justiça, em 1940, depois o Palácio da Instrução, Palácio Alencastro, seguido de outros prédios no Centro Político Administrativo. Foi assim, ocupando diversos edifícios, que a história do Ministério Público do Estado de Mato Grosso foi se consolidando na capital.

Mesmo sendo a mais antiga promotoria do Estado, somente em 2009 as Promotorias de Justiça de Cuiabá foram reunidas em uma sede própria, no Centro Político Administrativo. As Promotorias da Infância e Juventude continuaram, no entanto, funcionando em outro local.

Além dos prédios das Promotorias de Justiça, a capital possui ainda a sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Inaugurado em 2003, o prédio já ganhou um anexo e, em 2022, um segundo anexo será finalizado. **M**



EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA



Pandemia antecipa investimentos em sistemas, aplicações e armazenamento

Por Anderson Pinho

Se de um lado o cenário de pandemia trouxe mudanças no comportamento das pessoas, de outro lado empresas e instituições tiveram que se reinventar para manter - em algum nível - suas atividades em funcionamento. Tudo isso associado ao cumprimento das normativas de saúde e segurança, visando evitar o contágio das pessoas pelo novo Coronavírus. A internet e os recursos tecnológicos disponíveis começaram então a ser amplamente difundidos e utilizados para reuniões, encontros, debates, qualificações, cerimônias de posse e outros eventos virtuais. A pandemia foi o responsável pelo novo normal.

Mas graças ao planejamento de ações e investimentos em novas tecnologias, as rotinas processuais e administrativas - via teletrabalho - no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) foram apenas antecipadas, colocando a instituição na dianteira entre todas do país. Desta forma, executar tarefas de casa passou a ser possível com segurança de rede, recursos e produtividade muito semelhantes aos encontrados via trabalho presencial.

Na análise do chefe do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do MPMT, Fernando Augusto Oliveira Vasconcelos, a pandemia forçou a antecipação de rotinas tecnológicas antes previstas para ocorrer para daqui a cinco ou dez anos. "O MPMT já trilhava o caminho dos novos conceitos de armazenamento de dados, aplicações em nuvens e o fortalecimento da segurança da informação contra eventuais ataques cibernéticos, mesmo antes da pandemia. Isso foi decisivo para o cenário que encontramos hoje", relata.

Uma parte das mudanças se devem à aquisição do pacote Microsoft para armazenamento de dados em nuvem e aplicações web: o SharePoint e o OneDrive. Enquanto o SharePoint é uma plataforma de aplicações web com utilização de portais e intranet's, gestão de conteúdos, gestão documental e criação de portais colaborativos e publicação de aplicações web, o OneDrive é um serviço de armazenamento em nuvem que permite hospedar qualquer arquivo, usando uma conta da Microsoft e que ainda permite definir categorias de acesso a arquivos pelos usuários.



Fernando Augusto Oliveira Vasconcelos
chefe do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do MPMT

O investimento no pacote Microsoft teve o propósito de migrar de um sistema que utiliza documentos físicos para um ambiente virtual, podendo ser acessado, consultado e editado de qualquer lugar do planeta. "O que a gente fez foi acelerar a curva para que pudesse implementar o trabalho remoto de forma segura, produtiva e resiliente com alta tecnologia. Esse ambiente é uma exigência do mundo moderno, pois utiliza as ferramentas disponíveis no mercado para facilitar o trabalho da instituição para que o trabalho remoto pudesse acontecer da melhor forma possível", assinala Vasconcelos.

Em se tratando de evolução tecnológica, o MPMT foi um dos pioneiros nessa tendência de dispor seus procedimentos em meio eletrônico, acompanhando o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que iniciou pelo sistema PJE o movimento para deixar os processos judiciais no meio virtual. O PJE é um aplicativo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), colocado à disposição dos Tribunais brasileiros para acompanhar a tramitação de processos de forma virtual. O pioneirismo do MPMT foi justamente o de colocar a parte extrajudicial em meio eletrônico.

"Nossos procedimentos extrajudiciais já tramitavam internamente desde 2015/2016 pelo meio eletrônico. Iniciamos com um projeto-piloto no Núcleo da Cidadania e Defesa do Consumidor em Cuiabá. Esse projeto foi se aprimorando, amadurecendo com a gente observando as necessidades do setor; ajustando, corrigindo. Depois expandimos para todo o estado de Mato Grosso. Passamos por um período híbrido, de adaptação, com uso do meio eletrônico e físico", conta o chefe do DTI.

Quando a pandemia chegou, 90% dos procedimentos internos, procedimentos extrajudiciais, já tramitavam em meio eletrônico. Isso quer dizer que os promotores de Justiça não interromperam seus trabalhos com o fechamento das Promotorias de Justiça a partir de 19 de março. Eles passaram a acessar as ferramentas necessárias trabalhando de casa.

No passado, o MPMT tinha em sistemas como o SIMP e o Gedoc plataformas para uso interno, portanto dentro das instalações físicas da instituição, algo que não podia romper os limites dos prédios por questões de segurança de dados. Hoje, com as ferramentas atuais já é possível oferecer uma segurança no ambiente externo muito similar a que oferecida no ambiente interno.

E não só isso. As ferramentas disponíveis no âmbito do MPMT auxiliam tanto setores de área-fim como de áreas

administrativas, responsáveis pela execução do planejamento estratégico da instituição. O DTI blindou o acesso a dados sigilosos e de conteúdo restrito, criando camadas de proteção pra dificultar o roubo ou sequestro de informações dentro de um nível adequado de segurança.

ATAQUES CIBERNÉTICOS X LGPD

O risco de ataques cibernéticos ao sistema do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a necessidade de proteção de dados imposta pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018 – são duas questões prioritárias para tecnologia da informação. De um lado, o criminoso virtual que tenta encontrar falhas nos sistemas para invasão e, de outro, o cumprimento da lei que entrou em vigor em fevereiro de 2020 e que assegura ao usuário o direito à remoção completa dos dados do banco de dados do cadastro ou mesmo a atualização deles.

Nos últimos dois anos, o MPMT vem fazendo investimentos importantes para proteger seus sistemas contra os ataques cibernéticos. Além de softwares avançados, a instituição também investe em profissionais altamente gabaritados para atuar nessa proteção.

“Há um trabalho intenso para mitigar ou fazer a gestão desses riscos de um possível vazamento de dados, instituindo peneiras, apesar que não existe proteção 100% inviolável”, observa Fernando Augusto Oliveira Vasconcelos.



SIMP 3

Grande parte das demandas absorvidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação vem de pedidos de novos aplicativos e novos sistemas para a Administração Superior. Um mundo cada vez mais virtualizado, a instituição não necessita apenas de velocidade, mas que as atividades-fim do MPMT também sejam atendidos nessas demandas por rapidez e modernidade.

Em plena pandemia, o DTI lançou a versão 3 do Simp (Simp 3) totalmente reformulada, privilegiando esse ambiente virtual, uma necessidade do momento face ao teletrabalho e ao fechamento de Promotorias de Justiça por causa da pandemia. O Simp 3 é exatamente ao contrário da versão 2 (Simp 2), mais voltada para processos físicos. “A gente precisava de um sistema mais

forte e robusto que apoiasse melhor as Promotorias de Justiça”, justifica Vasconcelos.

O sucesso e a efetividade do Simp 3 foram tão bem-recebidos que hoje ele é um dos mais modernos do país. Tanto que quatro estados brasileiros utilizam desse modelo de sistema para atender seus respectivos Ministérios Públicos Estaduais, são eles: Pará, Piauí, Maranhão e Amazonas.



FUTURO E NOVIDADES

Pensar em soluções tecnológicas para o futuro requer planejamento. Essa é a palavra-chave do presente no DTI. Por isso, para 2022, estão previstos novos investimentos em sistemas na área da segurança da informação, ampliação de equipe de trabalho no desenvolvimento de sistemas para absorver demandas de digitalização e de virtualização de procedimentos. Ainda estão previstos investimentos na aquisição de equipamentos para o parque tecnológico, que por sua vez necessita de uma atualização permanente, visto que sistemas antigos são mais vulneráveis a ataques cibernéticos.

O chefe do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), Fernando Augusto Oliveira Vasconcelos, explica que o setor atua com três pilares: sistema, segurança e hardware. De acordo com ele, o propósito é melhorar a segurança e fazer a gestão de ativos para equipamentos que atendam as necessidades da instituição.

Ele informa que até o fim de 2021, o DTI espera concluir o sistema de normativas, que vai organizar e indexar atos e portarias no âmbito do MPMT, deixando a consulta mais fácil, estabelecendo uma correlação entre elas considerando novas redações, revogações e substitutivos. Tudo para facilitar a consulta e a compreensão da vigência da norma mais atualizada.

Outra alteração prevista é o sistema para promoção e remoção de Promotores de Justiça, cuja inscrição será totalmente eletrônica dentro dos critérios previamente

definidos pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP).

O Sistema Athenas, que faz a gestão da folha de pagamento estará totalmente automatizado até janeiro de 2022. Já o sistema que faz a Gestão de Pessoas encontra-se totalmente automatizado.

Desde o dia 18 de outubro, o MPMT conta com um atendente virtual para dar mais agilidade e reforço no atendimento aos usuários internos. Dito é o nome do chatbot, que faz parte de uma sequência de melhorias que estão sendo implementadas na Central de Serviços para dar celeridade ao atendimento aos usuários. Além do atendente virtual, os serviços continuam sendo prestados por telefone, e-mail e também na página do suporte (suporte.mpmt.mp.br).

Ainda que a pandemia continue, no que depender os investimentos em tecnologia, o MPMT continuará preparado para cumprir sua função e atender as demandas da sociedade. acordo de cooperação com o MPMT em outubro de 2018 a fim de disponibilizar o aplicativo para os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro. **M**



Minha História

Nasci aos doze dias do mês de março de 1969, na cidade de AMERICANA – SP.

Meus avós paternos (Augusto e Marilda) e maternos (Guilherme e Maria Ignez) eram pequenos comerciantes em suas cidades, com quem compartilhei muito amor e inúmeras alegrias.

Meu pai, José Augusto de Souza, natural de Monte Carmelo – MG, formou-se em Londrina – PR em 1963 e advogou em Cianorte-PR. Em 1975, fez concurso para Magistratura em Mato Grosso. Aprovado em dezembro daquele ano, foi nomeado para Nova Andradina (75/79) e, com a divisão do Estado, acabou ficando no recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul, por não ter havido direito de opção. Foi Juiz em Dourados (79/83) e Campo Grande (83/87). Em 87, foi promovido a Desembargador. Foi Vice-Presidente do TJMS (95/96), Presidente do TRE-MS (99/2000) e Presidente do TJMS (2001/2002).

Diante de tantos exemplos e vivências, impossível não se apaixonar pela área jurídica, uma vez que toda a família respirava o Direito. Minha mãe, Maria Ignêz Grassano Streicher de Souza, formou-se em Direito em 1984. Adorava trocar ideias e absorver conhecimentos com meu pai e tantos outros amigos.

Sempre que possível, eu assistia aos juris, que fascínio me despertava. Admirava os debates, discussões inflamadas, as falas por horas a fio sobre idoneidade, honestidade, valores morais do ser humano, acendendo assim o imenso encantamento pelo Ministério Público, que tanto sonhava e almejava.

De janeiro de 1988 a março de 1994, trabalhei como oficial de Gabinete e assessor no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Concluí toda a minha formação acadêmica em Campo Grande, na Universidade Católica Dom Bosco, em 1992. Nesse mesmo ano, estagiei no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo a supervisão do Promotor de Justiça Dr. Ulisses Duarte no Tribunal do Júri.

O ano de 1993 foi o grande marco de mudança em minha vida, pois, em dezembro desse ano, fui aprovado para Promotor de Justiça no MPE-MT.

Em 14 de março de 1994, assumi a 1ª Promotoria de Justiça de Peixoto de Azevedo.

Em 10 de junho de 1995, fui removido a pedido para a

POR ADRIANO AUGUSTO STREICHER DE SOUZA



Promotoria de Justiça de Rosário Oeste, cumulando com a de Nobres.

Em 02 de julho de 1996, fui promovido por merecimento à Promotoria de Justiça de Alta Floresta, onde, pela primeira vez na carreira, tive a companhia de um colega - João Augusto Veras Gadelha, com quem muito aprendi.

Em 02 de fevereiro de 1998, fui removido a pedido para a Promotoria de Justiça de Jaciara, cumulando com a de Dom Aquino e Juscimeira. Tive a companhia de um colega de turma – Marcos Henrique Machado.

Em 10 de dezembro de 1998, fui promovido por merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Rondonópolis – MT (Tribunal do Júri; Execuções Penais e Fiscalização dos Estabelecimentos Prisionais), cumulando com a de Pedra Preta.

no Mpmmt



Em novembro de 2000, fui promovido por antiguidade para a 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Cuiabá, onde cumulei por mais de um ano com a Promotoria da Auditoria Militar.

Em 2006, permutei com o Dr. Jorge da Costa Lana e estou desde aquela época como o titular da 8ª Promotoria de Justiça Criminal de Cuiabá.

O propósito que sempre estabeleci foi de manter uma promotoria sempre em dia com seus processos e inquéritos, com a consciência do dever cumprido com sabedoria, integridade, imparcialidade e dignidade.

Casei-me com Maria Ângela em 1995. Juntos, construímos uma harmoniosa família, com dois maravilhosos tesouros, nossos filhos Giovanna e Gabriel, que para nossa surpresa e alegria abraçaram a área da saúde com maestria e muita paixão, o que nos deixou imensamente

orgulhosos.

Durante esses anos, também descobri outra vocação - a do magistério. De 1998 a 2010 dando aulas no Cesur, em Rondonópolis, e na Unirondon e Escola Superior do Ministério Público, ambas em Cuiabá.

Sempre somando ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso, durante o período de 2005 a 2018 fui o Coordenador do Departamento da Tecnologia da Informação (DTI) e membro do CETI, cumulando aquela sem prejuízo de minhas atribuições perante a 8ª Promotoria Criminal da Capital. Foi exitosa a confiança em mim depositada pelos colegas Procuradores-Gerais de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado, Marcelo Ferra de Carvalho e Mauro Benedito Pouso Curvo - o que rendeu à nossa Instituição uma infinidade de avanços, prêmios e reconhecimento nacional de diversos outros Ministérios Públicos e também do próprio Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

A partir de 2001, quando já na Capital, participei ainda de quase todas as turmas dos cursos de formação dos novos colegas, sempre com o intuito de contribuir, agregar e somar, compartilhando meus conhecimentos, experiências e vivências por esta Instituição que tanto prezo e zelo, pois sempre defendi a necessidade ímpar desses cursos e a atenção primordial voltada àqueles que aos nossos quadros ingressavam. Poder ser receptivo e sempre auxiliar, é o espírito que trago do que é ser verdadeiramente "colega".

Atualmente, sou o mais antigo Promotor Criminal dos feitos em geral da Capital, prestes a completar 28 anos nesta Instituição a que me dedico de corpo, alma e coração. Tenho certeza de que há muito ainda a se fazer, pois a sociedade precisa e conta com a nossa firme e eficaz atuação. Sinto-me honrado e feliz em fazer parte dessa grande família do MPE-MT, nesta luta diária em busca de justiça, do cumprimento das leis e das Constituições, contando com o incansável trabalho da assessoria, estagiárias, servidores, dentre tantos outros.

Não poderia finalizar sem mencionar que as preces de agradecimento a Deus não são suficientes para expressar o sentimento de humildade que carrego comigo, pelas conquistas em minha vida pessoal e profissional. Que possamos ser humildes para admitir nossos erros, inteligentes para aprender com eles e maduros o suficiente para corrigi-los.

Um fraternal abraço a todos. **M**

‘ENFRAQUECER O MINISTÉRIO PÚBLICO É ENFRAQUECER A SOCIEDADE’

Por Janã Pinheiro

A frente da administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso no momento em que a instituição completa 130 anos de história, o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, fala nesta entrevista sobre as mudanças que o MPMT passou ao longo destas 13 décadas de existência, sobretudo com a promulgação da Constituição de 88, onde o Ministério Público brasileiro passou a ser o defensor da democracia, das minorias e dos direitos que não existiam antes da Constituição Cidadã.

Ele fala, ainda, sobre as inúmeras tentativas de enfraquecimento da instituição e também dos avanços conquistados, tanto do ponto de vista da infraestrutura, quanto tecnológico. O procurador-geral de Justiça ressalta a atuação da instituição em meio a pandemia que espalhou-se mais rapidamente pelo planeta e sobre a importância do MPMT trabalhar alinhado ao planejamento estratégico. Confira:



José Antônio Borges Pereira
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



Procurador, o que representa para o senhor estar à frente da administração no momento em que o MP completa 130 anos de história?

PGJ: Bem, o Ministério Público faz parte da minha história. Desses 130 anos, eu vou completar, agora em dezembro, 29 anos de MP. Então, eu faço parte deste segundo século da instituição, tive a sorte de pegar um Ministério Público pós 1988, porque foi exatamente essa nova configuração que o Ministério Público adquiriu com a redemocratização do país. Atualmente, como Procurador-Geral e no atual momento político que o país vive, é muito representativo, até porque nós vivemos em um momento que se fala de retrocessos e quando você fala em retrocessos na democracia, naturalmente pode estar atingindo o Ministério Público e, por consequência, a sociedade brasileira.

Nestes 130 anos, o Ministério Público passou por muitas mudanças, a maior delas veio com a Constituição de 1988?

PGJ: Nós já tínhamos a Lei de Ação Civil Pública, que é antes da Constituição de 1988, que foi o embrião desse Ministério Público diferenciado. Porque antes o Ministério Público praticamente atuava só na área criminal, sendo autor titular da ação penal incondicionada. Começava ali o embrião, em 1985, com a Lei de Ação Civil Pública, da defesa desses outros direitos, e se consolidou em 1988. O Ministério Público passou a ser defensor da democracia, defensor das minorias e também de outros direitos que não existiam antes de 1988 da forma que foram caracterizados, como direitos e defesa do idoso, meio ambiente, saúde, educação, esses vários ramos em que o Ministério Público atua hoje, defendendo a sociedade.

A Constituição de 1988 trouxe um novo perfil para o Ministério Público, que passou de defensor do “poder” para o de defensor da sociedade. Mesmo assim, temos visto nos últimos anos a criação de Propostas de Emendas à Constituição, as famosas PEC’s, a exemplo da PEC 37 e agora da PEC 5, que podem afetar a autonomia e a independência da instituição. Como o senhor vê essas tentativas de enfraquecer o Ministério Público?

PGJ: Quando falamos em enfraquecer o Ministério Público, posso ressaltar que não é o Ministério Público como instituição em si, encapsulada, encastelada na sua estrutura. O Ministério Público representa e defende a sociedade, não é um quarto poder, como alguns dizem, e não faz parte do Executivo, nem do Judiciário. Ele atua com autonomia, não só para judicializar as demandas, seja

na área criminal ou outras, como as Ações Cíveis Públicas ou os Termos de Ajustamento de Conduta, que são exatamente para fiscalizar, pelo povo, esses direitos indisponíveis que foram trazidos pela Constituição de 1988.

Quando se fala nesses retrocessos e nesses ataques, não são ao Ministério Público, mas aos instrumentos que o Ministério Público, incondicionalmente, tem e deve ter, exatamente para defender esses direitos. Às vezes não é só o Ministério Público que defende, nós temos as ONGs, mas as ONGs não têm estrutura, nem a independência que o Ministério Público tem para fazer esses avanços. O Marcelo Goulart, que é um promotor do Estado de São Paulo, escreve muito bem, é um dos pensadores da instituição, tem uma tese interessante: o Ministério Público caminharia para sua autodestruição caso se voltasse só para a área criminal. Quando isso ocorreria? A partir do momento em que a nossa sociedade se tornasse consciente e devidamente organizada, sociedade civil, e assim ela mesma poderá manter sua autodefesa, a defesa do meio ambiente, da criança, do idoso....

Nós temos uma democracia, mas para se colocar em prática tudo que está previsto no artigo 5º, principalmente, da Constituição, em uma democracia jovem, isso é um processo e a gente espera que tenha avanços, e não retrocessos como a gente tem visto nos últimos anos em todos os sentidos. E aí é uma cobrança social, uma pressão até internacional para que nosso país continue sendo democrata e que esse nosso maior patrimônio, que é seu povo, seu meio ambiente, suas crianças, seus idosos e o consumidor, mantenham essa defesa e essa organização. Então essa é a necessidade do Ministério Público forte, não enquanto instituição em si, mas pelo instrumento que ela representa para a sociedade.

Como estamos falando do Ministério Público de Mato Grosso, quais os principais avanços que a instituição teve nos últimos anos, tanto do ponto de vista da infraestrutura, quanto do seu quadro de membros e servidores?

PGJ: Como o Ministério Público ficava só na área criminal antes da Constituição de 1988, nós ocupávamos pequenas salas dentro dos fóruns, um favor do Poder Judiciário. Mas, felizmente isso mudou. O Ministério Público hoje, além de seus promotores, tem uma estrutura de técnicos, seja na assessoria de imprensa, engenharia, informática ou nossos contadores, pessoas que dão suporte para essas outras áreas que não a do direito criminal, o seja, ambiental, de crianças, de idosos, direito urbanístico. E, para isso acontecer, nos últimos 20 anos o Ministério Público buscou um orçamento melhor.

Hoje temos nossos prédios próprios, onde temos nossos técnicos, promotores em todo o estado e ali está essa estrutura para receber a população e dar o atendimento devido.

Sua gestão tem se destacado pelos investimentos em tecnologia da informação, em diversas áreas. Em que setores foram e estão sendo feitos esses investimentos? O MPMT está preparado para essa nova realidade tecnológica?

PGJ: Esse é um grande desafio para qualquer estrutura. Nós estamos indo para a tecnologia 5G, a era da inteligência artificial. Diante disso, é muito importante que busquemos essa atualização. O grande desafio hoje, dentro desse avanço tecnológico, é fazer com que o Ministério Público tenha essa sistematização, esse processamento de dados o mais rápido possível. Nós acabamos de atualizar nosso sistema interno, que se chama SIMP, era de 2013.

Agora, quero deixar bem claro o que sempre foi indispensável para o Ministério Público ao longo desses 130 anos: o ser humano. Investimento em tecnologia é importante? Muito. Mas não vamos deixar de ter o promotor de Justiça. Não temos nenhuma promotoria desguarnecida de promotor. É direito da população e obrigação do Ministério Público ter seu promotor de Justiça em todas as cidades para receber as demandas individuais e indisponíveis do cidadão ou as demandas coletivas da sociedade.

A tecnologia é importante mas, acima de tudo, é o promotor atendendo a população. Nesse sentido, demos

posse este ano para mais 12 promotores e, no próximo, daremos posse a mais cinco promotores, exatamente para manter e suprir as aposentadorias que vêm ocorrendo nos últimos anos.

O Ministério Público de Mato Grosso completou seus 130 anos de existência em meio a uma pandemia, algo que pegou a todos de surpresa. Quais foram os principais desafios para manter a instituição funcionando?

PGJ: Com relação à pandemia, nós infelizmente tivemos uma ideologização, se vai vacinar ou não, tinha uma questão de mercado etc. e do Ministério Público brasileiro, do Ministério Público de Mato Grosso não foi diferente.

Nós, Ministério Público, somos uma barreira de contenção para salvar vidas, ou seja, foi necessário em determinado momento o fechamento de certos comércios, é necessário ter a vacina, então o Ministério Público foi o suporte de defesa da vida, e isso foi importante.

A Constituição, se você pegar ali no seu artigo 5º o que ela busca exatamente é garantir vida, mas uma vida com qualidade. Então, a função de um Estado é dar qualidade de vida à sua população, e isso vem em primeiro lugar. Salvar vidas ou dar garantia de vida ou liberdade, as duas missões caminham juntas. Não adianta ter só vida e não

Em 2021 foram empossados 12 novos Promotores de Justiça Substitutos



ter a liberdade. Então, o Ministério Público, nesse período, com todos os promotores da área de saúde, esteve em todos os municípios do estado exigindo que houvessem medidas sanitárias para que se evitasse a contaminação pelo vírus e diminuísse o número de mortes. Salvo engano, nosso estado está chegando a quase 15.000 mortes, mas um dos institutos internacionais colocou que só Mato Grosso poderia ter 40.000 mortes, então boa parte daquilo que evitamos, dessas mortes, foi com ações do Ministério Público.

Nós fizemos isso, era nosso trabalho, trabalhei diretamente com essa questão, junto com o Dr. Edmilson (da Costa Pereira), que é o Procurador da Cidadania, dando sustentação aos nossos promotores. E também atuando junto ao Tribunal de Justiça, promovendo ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) em relação a algumas leis ou decretos municipais que resistiam ao distanciamento social e outras medidas. Felizmente, agora a vacina chegou e nosso país tem uma cultura da vacina, e isso me faz lembrar do SUS, que é um sistema único de saúde importantíssimo que a Constituição trouxe e que é importantíssimo. Hoje nós somos exemplo em estrutura de vacinação.

Aqui, para que a própria instituição dê exemplo, nós exigimos de todos os funcionários, promotores e procuradores que apresentem seu cartão de vacina, caso não apresentem terão as medidas administrativas tomadas. Por que? Porque o direito coletivo da vida sobrepõe o direito da vida individual, ninguém pode se dar o direito de não se vacinar e causar o risco de contaminar aqueles que não querem morrer.

Na sua gestão foi criado o Programa Vida Plena, que agora se transformou em núcleo. Porque houve essa ampliação?

PGJ: Bem, se o MP tem cuidado com a pessoa, nós temos que dar exemplo interno daquilo que a gente exige de outras instituições, hospitais, escolas, casas-lares. Então, durante um terço da vida a gente dorme, outro um terço a gente passa com a família e mais um terço passamos no trabalho. Portanto, precisamos de um ambiente arejado, um ambiente de condições de trabalho, é nesse aspecto que o Vida Plena atua. Temos hoje uma psicóloga aqui para casos emergenciais, uma doutora em psicologia. Além disso, há essa estrutura com assistentes sociais para dar esse suporte humano aos nossos funcionários, que têm seus problemas pessoais e suas dificuldades, esse é o campo de atuação do programa.

Vou citar um exemplo: nós trocamos todas as cadeiras buscando evitar doenças, como a LER, chamada de esforço repetitivo, do estagiário ao promotor ou procurador, são todos tratados de forma igual. Então, é de

uma forma simbólica de conteúdo substancial que a gente cuida dos nossos colaboradores e de todos que estão aqui. Independente de ser promotor ou não, são cidadãos e têm o mesmo direito aqui dentro desta casa.

O Ministério Público fez 130 anos e sua história continua. Para isso, é preciso trabalhar com foco no médio e longos prazos, e é exatamente aí que entra o planejamento estratégico. Quais são os pontos desse planejamento que o senhor considera fundamentais para o crescimento e fortalecimento da instituição?

PGJ: Qualquer administrador, seja na área pública ou privada, precisa dispor de dados fidedignos para tomar decisões. Reestruturamos o nosso Departamento de Planejamento, sob a batuta da Dra. Hellen Kuriki, e como ferramenta para o nosso planejamento das atividades meio e fim, temos hoje um Centro de Estatística que nos dá informações, números, sejam dos municípios onde a gente vai atuar, ou internamente para o administrador ter o poder de decisão, porque não podemos trabalhar com dados distorcidos ou não sem dados. Então para você acertar, você não pode ficar no achismo, em que trabalhar de uma forma científica. Temos hoje o Centro de Estatística para buscar esses dados, não só quantitativos, mas também qualitativos.

Então é nesse sentido que nós estamos trabalhando, estabelecendo metas para cada área, meio ambiente, educação, saúde, criminal, presídios. Foi construído um planejamento enxuto a médio prazo, mas isso passa também por uma mudança de cultura. Qualquer



Reforma e ampliação da Sede das Promotorias de Justiça de Barra do Garças/MT



Inauguração das novas instalações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - Cira.



Inauguração da reforma e ampliação do Departamento de Comunicação DECOM-MPMT

promotor de Justiça, apesar da sua independência e autonomia funcional, a partir do momento que passa no concurso, não é uma ilha aqui dentro, que faz o que quer. Não, ele atua seguindo um planejamento e diretrizes estabelecidas por um conselho gestor, presidido por mim e os procuradores das Promotorias especializadas. Primeiramente ouvimos a sociedade civil, depois debatemos com os promotores e esse conselho gestor, traçando as metas a médio e longo prazos do Ministério Público em defesa da sociedade.

E pra finalizarmos, gostaria que o senhor deixasse uma mensagem para a sociedade, membros e servidores do Ministério Público?

PGJ: Os 130 anos são simbólicos, são décadas. Estamos virando mais uma década, isso é importante. O Ministério Público sabe da sua responsabilidade, os seus funcionários e promotores, promotoras, procuradores e procuradoras sabem da responsabilidade social que têm. Claro que vamos continuar sempre avançando no sentido de que haja efetividade nas nossas medidas. Principalmente saindo da área judicial, acho que estamos hoje em uma mudança de se buscar ao máximo possível e tentar resolver o quanto antes as demandas, não que não seja necessária a busca do Poder Judiciário, mas se a gente tiver uma consciência e tivermos também um treinamento para que isso ocorra de forma acordada, buscando o melhor para as pessoas, hoje essa é a visão legislativa para dar solução efetiva aos casos. Não só formal, no papel, mas para que aquele cidadão que buscou o Ministério Público resolveu uma situação relacionada ao meio ambiente, à sua saúde, do seu filho, tenha um retorno mais rápido porque ele quer qualidade de vida.



Palestra da Equipe Núcleo Vida Plena

Aliás, uma das mudanças que tivemos na Constituição foi o princípio da eficiência, e uma outra, que se discute para ser incluída no artigo 5º, é o direito de ser feliz e é isso que todo mundo quer, seja a nossa instituição, nosso estado, ou a nossa população. Que seja um povo feliz, não só pelo samba, pela música, pela cultura tão rica que tem, mas que seja feliz porque sabe que ele tem um piso vital mínimo de qualidade, do seu filho ao nosso idoso. O país que não respeita sua criança e seu idoso, está fadado ao insucesso. **M**

Membras do Mpmmt

UMA HISTÓRIA DE LUTA, CONQUISTAS E QUEBRA DE PARADIGMAS

Por Janã Pinheiro

Registros históricos mostram que o ingresso da primeira mulher aos quadros do Ministério Público brasileiro aconteceu em 1935, três anos depois que o Código Eleitoral passou a assegurar às brasileiras o direito ao voto (1932). Em Mato Grosso, porém, este ingresso aconteceu 32 anos depois, em 1967. A responsável por esta quebra de paradigmas foi a cuiabana Ana Maria do Couto, carinhosamente chamada de “May”. A mulher que, para a época, ousou nas mais diversas áreas, abriu um caminho para que outras pudessem trilhar, mudando assim um cenário que sempre foi dominado pela figura masculina.

Para a promotora de Justiça Alessandra Gonçalves Godoi, membra da Comissão de Mulheres da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e diretora de Mulheres da Associação Mato-grossense do Ministério Público, a presença das mulheres na instituição nada mais é do que o reflexo da sociedade em que vivemos, onde os homens, em sua maioria, sempre ocuparam cargos de maior relevância.

“Por mais que a disparidade ainda seja grande, eu também vejo com alegria que nós temos evoluído significativamente desde o ingresso das primeiras integrantes do Ministério Público de Mato Grosso. Cito aqui a Dra. Lília Alves Ferreira e a Dra. Sílvia Guimarães, que prepararam o caminho para todas aquelas que vieram em momento posterior. Nós, aos poucos, fomos nos avolumando na instituição, por meio de concurso público, fomos galgando mais espaço, angariando mais cargos, de modo que hoje temos uma representatividade significativa, que no futuro eu espero ser maior. É um avanço paulatino, mas constante”, relata a promotora.

Apesar da evolução, a desigualdade de gênero no Ministério Público brasileiro ainda é grande. Dados do



Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), produzidos dentro do estudo denominado “Cenários” (2018), mostram, por exemplo, que o MP brasileiro é composto por 5.114 membras e 7.897 membros, ou seja, uma proporção de 39% de mulheres para 61% de homens.

Como o cenário nacional é reflexo do que acontece nos estados, o percentual de membras no Ministério Público de Mato Grosso não é diferente. Atualmente 83 promotoras e procuradores de Justiça fazem parte da instituição, o que representa 32% do quadro de membros.

Mas, no Ministério Público de Mato Grosso esse percentual não é motivo de desânimo. Muito pelo contrário, as mulheres foram à luta e conseguiram garantir por meio do Ato Administrativo (Nº 738/2018-PGJ) o percentual mínimo de representatividade feminina nos cargos e funções de gestão institucional, observando-se a representatividade feminina proporcional ao percentual de Promotoras de Justiça e Procuradoras de Justiça na ativa nos quadros da instituição

O artigo Art. 2º do referido ato estabelece que a representatividade feminina deve também ser “observada na formação de bancas, comissões e grupos institucionais, bem como na realização de cursos, congressos, palestras e demais eventos a cargo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso”. O ato foi assinado, à época, pelo então Procurador-Geral de Justiça, Luiz Alberto Esteves Scaloppe.

“Fazendo uma pequena digressão, nós tivemos a Dra. Gabriela Mansur, que é a promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Por iniciativa dela, houve uma certa movimentação na Conamp para a criação de uma comissão de mulheres. A partir dessa semente da comissão nós começamos a nos organizar e a despertar mais em relação ao nosso percentual dentro da Instituição. Esse pensar juntas veio formando um corpo mais coeso que culminou na edição de um ato administrativo de suma importância. Então, se somos trinta e poucos por cento, nós teríamos que ter essa representatividade e isso foi sim um grande avanço”, destaca a promotora Alessandra Gonçalves Godoi.

De acordo com ela, esse ato foi abraçado pela atual gestão, o que resultou em mudanças significativas dentro da instituição. “Nós entendemos que estamos avançando com respeito a cada membro, cada membra do Ministério Público e a cada particularidade das mulheres e também das servidoras. Nós também temos que olhar para as nossas servidoras, as conquistas em prol das mulheres. Claro que nós temos as particularidades de cada cargo,

das profissões, mas eu vejo como interessante também olhar para as servidoras, para as estagiárias, para as terceirizadas e que a gente consiga pensar num Ministério Público para cada uma de nós”, prossegue a promotora.

Ela faz questão de destacar que lutar pela equidade de gênero, pelos direitos iguais, não é estar contra os homens, pelo contrário, o objetivo é somar. “Eu não acredito em absoluta preponderância de inteligência, de capacidade de homens em relação às mulheres e vice-versa. Acredito que cada um pode dar sua contribuição, cada pessoa tem o seu valor, cada pessoa foi pensada por Deus com o seu valor e tem sua forma de contribuir. Nessa perspectiva, voltando meus olhos para as mulheres, eu vejo assim: a mulher pode ser o que ela quiser, inclusive dona de casa. Ela não precisa ser bem-sucedida profissionalmente nisso ou naquilo, a gente não precisa de



Ana Maria do Couto May
Primeira promotora de Justiça a ingressar no MPMT



Comissão de Mulheres da Associação Nacional dos Membros
do Ministério Público (Conamp)



Alessandra Gonçalves Godoy

Promotora de Justiça e membra da Comissão de Mulheres da CONAMP

cobranças, de mais cobranças. Às vezes a mulher é dona de casa, mas ela tem uma voz superativa dentro do seu lar em relação a decisões da sua família. Quem disse que eu preciso ser promotora para ser uma pessoa realizada, respeitada? Não, a mulher pode ser quem ela quiser e ela deve ser respeitada nessa decisão de ser quem ela quiser”.

DIRETORIA DE MULHERES

As membras do MP tiveram, ainda, uma importante conquista dentro da Associação Mato-grossense do Ministério Público, que reelaborou seu estatuto criando a Diretoria de Mulheres. Em 2019 a promotora de Justiça Elisamara Sigles Vodonós Portela foi nomeada a primeira diretora.

Atualmente o cargo é ocupado pela promotora Alessandra Gonçalves Godoi. Na Conamp ela é representante do Ministério Público de Mato Grosso. “O objetivo dessa comissão é pensar em relação o papel da mulher, a ocupação dos espaços na instituição, e também debater os problemas que acometem todas as membras nos Ministérios Públicos e pensar em soluções. Pensar mesmo em como evoluir, em como melhorar, sempre nesta perspectiva de que não se trata de uma guerra ou disputa, mas sim de um pensar junto com os homens”.

Dentro do MPMT as mulheres comandaram e comandam outros importantes cargos. A promotora de Justiça Elisamara Sigles Vodonós Portela, por exemplo, foi, em 2002, a primeira mulher a integrar o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) (Leia mais

no “Minha Vida no MP). A Procuradora de Justiça, Ana Cristina Bardusco Silva foi a primeira coordenadora Administrativa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), criado em 2015, cargo até então ocupado exclusivamente por mulheres.

Mesmo com conquistas importantes, a promotora diz que a quebra de paradigmas continua, principalmente em relação à ocupação de cargos de maior exponencialidade como, por exemplo, de Procuradora-Geral de Justiça. “Não tivemos nenhuma mulher ocupando esse cargo em nosso MP ainda. Penso que um dia nós caminharemos para isso. Acho que podemos estar lá e em outros cargos, também podemos sempre colaborar nos cargos de gestão e ajudar a construir esse Ministério Público que consegue olhar melhor para as diferenças, que tenta melhor congrega os interesses nesses cargos, em especial de Procurador-Geral de Justiça”.

Para que as mudanças aconteçam, ela acredita que cada mulher que faz parte da instituição deve dar sua parcela de contribuição. “Às vezes pensamos que nossa contribuição é pequena e não vai mudar nada, mas quem disse que não? Hoje nós estamos colhendo os frutos de mulheres que nos antecederam, mulheres que talvez sem tanta consciência contribuíram significativamente para que hoje nós tenhamos mais espaço. Temos a missão e a capacidade de preparar um Ministério Público não só para nós, mas para aquelas que virão depois de nós”, conclui a promotora Alessandra Gonçalves Godoi. **M**



Ana Maria do Couto May

PRIMEIRA PROMOTORA DE JUSTIÇA A INGRESSAR NO MP POR NOMEAÇÃO

Ana Maria do Couto, mais conhecida como May (pronuncia-se "Maí"), nasceu em Cuiabá, no dia 13 de setembro de 1925. Foi esportista, professora, política, jornalista, advogada e depois graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso com a primeira turma de formandos, em 1962. Advogada, em 1967 foi a primeira mulher nomeada a ingressar no Ministério Público como promotora de Justiça Militar de Mato Grosso.

Este ano, no dia 17 de outubro, completou-se meio século do falecimento da cuiabana, que partiu precocemente aos 46 anos, vítima de um câncer, mas deixou seu legado registrado na história de Mato Grosso.



Ana Maria do Couto em uma de suas formaturas



Maria Inez França Auad

PRIMEIRA PROMOTORA DE JUSTIÇA A INGRESSAR NO MP POR CONCURSO

Maria Inez França Auad foi a primeira Promotora de Justiça a ingressar na instituição por meio de concurso público.

"Não só no Ministério Público, como na advocacia, a mulher era muito discriminada pelos homens. Eu fui nomeada por concurso e, no concurso, eu apresentei a tese 'A mulher casada no Direito brasileiro'. Eu fui nomeada, apesar de ter passado em oitavo lugar".

Antes da divisão de Mato Grosso, Maria Inez foi nomeada para Fátima do Sul (hoje Mato Grosso do Sul). "Fui no mapa, olhei, era um palmo distante de Cuiabá".



Maria Inez França Auad ingressou no Ministério Público em 1966





Lilia Alves Ferreira

PRIMEIRA PROCURADORA DE JUSTIÇA DO MPMT

Lilia Alves Ferreira, 80 anos, aposentada, ingressou no Ministério Público de Mato Grosso em 1974, em um período em que a instituição era muito pequena, não tinha sedes próprias e a infraestrutura de trabalho era precária.

Mesmo diante das dificuldades, Lilia Alves sempre foi uma apaixonada pelo que fazia. Em 1987 foi promovida a Procuradora de Justiça, sendo a primeira mulher a integrar o Colégio de Procuradores.

Ela foi, ainda, a primeira mulher a assumir a presidência da Associação Mato-grossense do Ministério Público, ocupando por duas vezes tal posto. E na toada de quebrar paradigmas, Lilia Alves Ferreira fundou a Escola do Ministério Público e batalhou arduamente pela inclusão do artigo 227 na Constituição de 1988, que deu origem ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).



Lilia Alves Ferreira tinha um sonho: ingressar no Ministério Público



Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres e Naume Denise Nunes Rocha Müller

PRIMEIRAS CORREGEDORA-GERAL E
CORREGEDORA-GERAL ADJUNTA DO MPMT

No biênio 2005-2007 as mulheres quebraram paradigma mais uma vez e chegaram à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Mato Grosso.

Numa disputa bastante acirrada, duas mulheres sagraram-se vencedoras: Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres foi eleita Corregedora-Geral do Ministério Público, tendo ao seu lado Naume Denise Nunes Rocha Müller, Corregedora-geral Adjunta.

Eliana Maranhão, no biênio 2007/2009, foi também a primeira Procuradora de Justiça a coordenar o Gaeco e, em 2015, a primeira mulher a ocupar o cargo de Procuradora-Geral de Justiça Adjunta.



Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres (direita) e Naume Denise Nunes Rocha Müller





Primeiras servidoras do MPMT



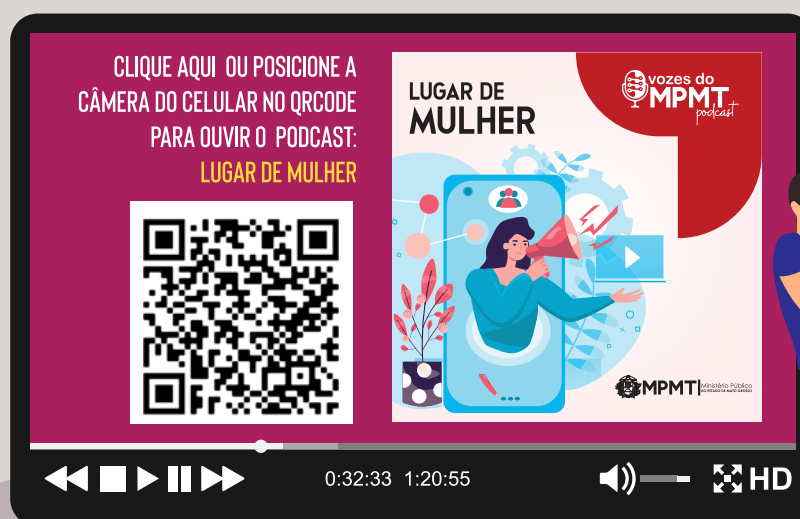
Fazem parte desse período as servidoras: Jacabed Corrêa da Costa, Elizete Botelho de C. Merthan, Afra Rosa de Almeida Prado, Tomázia de Almeida, Sebastiana Mercedes de Oliveira, Eneth Calmon Gonçalves, Lydia Bett, Rosair de Arruda Reis e Maristela Fernandes Lima (aposentadas). Alice Tocantins de Matos e Lenita Figueiredo (in memoriam). Francisca Maria de Santana e Loaci Argemira Cavalcanti, essas últimas duas continuam na ativa.

A presença de servidoras no Ministério Público de Mato Grosso, que no início era bastante tímida, foi se intensificando ao longo dos anos, principalmente após a Constituição de 88, quando a instituição se fortaleceu, passando a ter autonomia administrativa e financeira. Um dos maiores desafios, à época, foi estruturar o Ministério Público, dando a ele identidade própria.

Para essa missão, a instituição contou com um time feminino arrojado que, entre outras tarefas, elaborou o primeiro planejamento da instituição.



PODCAST | VOZES DO MPMT



Spotify

#MPMT

Estamos nas Redes

Curta, inscreva-se, siga a gente



@mpemt



facebook.com/mpemt



@mpdemt



canal mpmt



www.mpmt.mp.br



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Esteja conectado às nossas ações

Minha História



Assim como muitos colegas do Ministério Público, não sou nativa do Estado de Mato Grosso, mas após ser empossada como Promotora de Justiça em novembro de 1995, este é meu lar, pelo qual tenho grande amor. O que sou hoje é resultado do que fiz no passado.

Minha trajetória acadêmica foi exclusivamente em escolas públicas. Sempre fui dedicada, especialmente devido ao incentivo de meus pais. Concluí o curso de Magistério aos 17 anos e ingressei na UEM – Universidade Estadual de Maringá –, no curso de História. Porém, após três semestres fiz outro vestibular para Direito e me formei em 1992.

Nesse ínterim, estava casada e com um filho, o qual nasceu com síndrome de Down. Um grande desafio que me motivou a continuar meus estudos. Fiz parte da primeira turma da Escola Superior do Ministério Público em Maringá. Meu primeiro emprego público foi como auxiliar de cartório no Poder Judiciário do Estado do

POR ELISAMARA SIGLES VODONÓS PORTELA



Paraná (1990/1995), onde tive o privilégio de trabalhar com juízes e promotores extremamente dedicados e competentes e compreender o lado prático do nosso trabalho. Participei de três concursos públicos de ingresso na carreira do Ministério Público. Porém, quis o Mestre Supremo que eu reencontrasse meu querido amigo de faculdade Dr. Wagner César Fachone e seus irmãos Amarildo e Flávio Fachone, a quem devo o incentivo, apoio e motivação para prestar concurso aqui. Minha eterna gratidão!

Minha primeira Comarca foi de Araputanga, onde era titular e cumulava com São José dos Quatro Marcos; lá permaneci por dois anos e foi onde fui forjada como promotora, meu estilo, minha postura profissional, meus ideais e destemor. Forças inimigas procuraram de todo modo aniquilar minha coragem com um atentado em junho de 1997. Grande erro: encontrei ainda mais força para prosseguir e tive a convicção de que estava no caminho correto.

Promovida por merecimento para Sinop, Comarca composta na época por cinco municípios (incluindo também Santa Carmem, Vera, União do Sul e Feliz Natal), e assumi a única promotoria criminal. Consegui a doação

no Mpmpt



Cartão de Identificação no Concurso Público em 1994

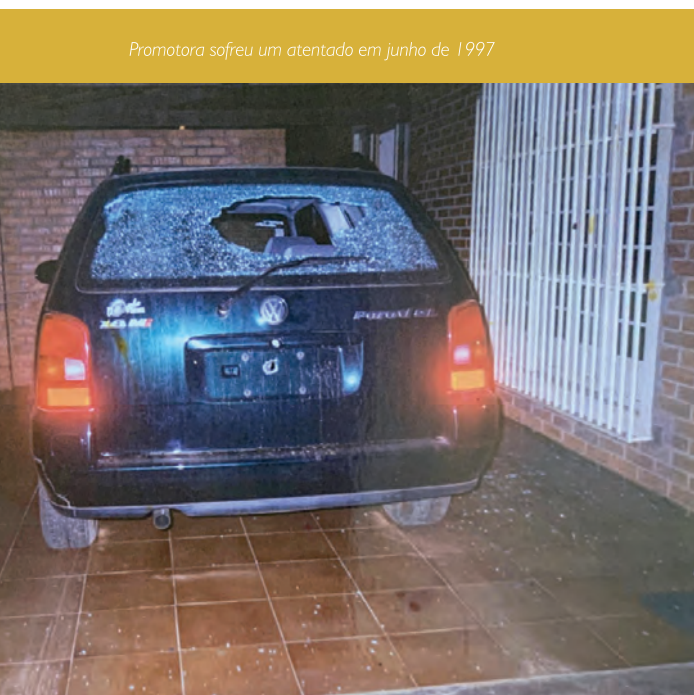
de um terreno pela Colonizadora e firmei convênio com a prefeitura, onde foi construída a primeira sede própria do Ministério Público naquela Comarca.

Em agosto de 2002 fui promovida por merecimento e convidada pelo Procurador-Geral a fazer parte do GAECO; época em que estava sendo preparada, sob o maior sigilo, a Operação Arca de Noé, deflagrada em 5 de dezembro de 2002. Particpei da elaboração da Lei Complementar nº 119, que criou o GAECO, a qual foi aprovada e sancionada integralmente. Durante quase 4 anos fui coordenadora do GAECO e com aquela equipe criamos e implantamos o regimento interno e controle de Ordens de Serviço, além dos procedimentos operacionais padrão. Uma das realizações inéditas e que me deixam satisfeita foi o planejamento, supervisão e organização da 12ª Reunião Geral do GNCOC – Grupo Nacional de Combate a Organizações Criminosas, realizado em Cuiabá em 30/06 e 01/07/2005, que contou com 94 participantes de todos os Ministérios Públicos Estaduais, MPT e MPF. A última grande operação de que participei foi a Quimera I, acompanhada dos colegas de várias Promotorias, quando elaboramos uma denúncia de 115 laudas que culminou com a exoneração de dezenas de fiscais corruptos.

Com plena convicção do cumprimento da minha missão, pedi minha saída em 05 de dezembro de 2005, e em janeiro de 2006 passei a compor a primeira equipe da Central de Inquéritos junto de queridos colegas. Em 05 de agosto de 2009 pedi remoção para a 16a. Promotoria Criminal da Capital, onde permaneço até esta data.

Atualmente sou coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e coordenadora adjunta do CAO/Estudos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Gênero Feminino. Tenho imensa satisfação e não meço esforços de transmitir meus conhecimentos práticos aos profissionais que compõem a Rede de Proteção a Mulher, onde ministro palestras, participo de rodas de conversa, debates, etc. Vejo como um dever procurar alertar as vítimas acerca dos riscos da violência de gênero. A cada notícia de uma mulher morta procuro me inteirar dos fatos, verificar se havia processo em andamento, medidas protetivas, enfim, encontrar na tragédia a oportunidade de aperfeiçoar a prevenção, antever os fatos e atuar mais efetivamente nos inquéritos e processos que prenunciam o feminicídio.

Destaco ainda, a alegria de participar dos Cursos de



Promotora sofreu um atentado em junho de 1997

Formação dos Novos Promotores de Justiça, apresentando os aspectos práticos da nossa atuação, procurando motivá-los apesar da nossa grande demanda, especialmente nos primeiros anos de carreira. Estou à disposição para apoiá-los, pois tenho o dever de retribuir tudo o que recebo, em todos os aspectos – acadêmico, profissional, moral e psicológico.

Em 2014, aos 46 anos, fui mãe de gêmeas e isso me despertou a inquietude de propiciar a elas as ferramentas necessárias para ser mulher em nossa sociedade. Percebi que teria que me inteirar das mudanças sociais e justamente nesse momento (maio/junho de 2018) surgiu a oportunidade de participar do I e II Encontro do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público. Em julho de 2018 fui empossada vice-Coordenadora da Comissão de Mulheres na CONAMP, vindo a ser coordenadora por cerca de um ano. Fizemos uma grande reunião com as colegas do MPMT, despertando a necessidade de diálogo sobre nossas necessidades. Após tratativas, foi criado em 16/03/2019 no âmbito da AMMP – Associação Mato-grossense do Ministério Público de Mato Grosso, a Diretoria de Mulheres, da qual participei.

Encaro com tranquilidade meu trabalho, sirvo com muita alegria a comunidade e procuro dar o meu melhor.

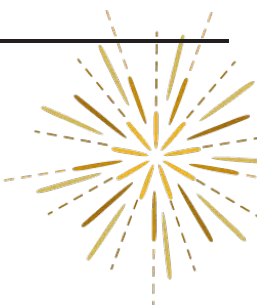
Depois de 26 anos sendo parte dessa grande instituição, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, tenho a plena convicção de que fiz a escolha certa, estou plenamente realizada profissionalmente e continuarei dando o meu melhor, procurando fazer a diferença na sociedade. **M**



Em julho de 2018, Elisamara Sigles foi empossada vice-Coordenadora da Comissão de Mulheres na CONAMP

Dia 16/03/2019 • Criação da Diretoria de Mulheres no âmbito da AMMP - Associação Mato-grossense do Ministério Público de Mato Grosso





BOAS PRÁTICAS

INICIATIVAS DO MPMT SÃO RECONHECIDAS E PREMIADAS NACIONALMENTE

Por Ana Luiza Anache

Na última década, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso conquistou 16 prêmios em reconhecimento a boas práticas inovadoras nas áreas de meio ambiente, cidadania, infância e juventude e criminal. Foram 14 Prêmios do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), um Prêmio Inovare e um Prêmio Prioridade Absoluta, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“O reconhecimento nacional engrandece o trabalho do Ministério Público de Mato Grosso. As premiações recebidas demonstram o engajamento dos integrantes da instituição com a sociedade e o comprometimento com a resolutividade das demandas e a efetivação dos direitos constitucionais. Este é o Ministério Público consagrado pela Constituição de 1988. Estamos no caminho certo, em busca da promoção da cidadania, do cumprimento do nosso papel e, sobretudo, do contato mais próximo com

a população”, avalia o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira.

O ano de 2021 foi histórico no quesito premiação. Em agosto, o Aplicativo Projeto Luz venceu a primeira edição do Prêmio Prioridade Absoluta, na categoria Sistema de Justiça, designada para entidades como Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, das esferas federal, estadual ou distrital. O prêmio é um reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) às boas práticas voltadas à promoção, valorização e respeito aos direitos das crianças, adolescentes e jovens.

A mesma iniciativa venceu o Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em outubro, na categoria Persecução Cível e Penal. O Aplicativo Projeto Luz é desenvolvido pela Promotoria de Justiça da comarca de Nova Mutum (a 264km de Cuiabá), em parceria com as polícias Civil e Militar, Conselho Tutelar, municípios de



Nova Mutum e de Santa Rita do Trivelato, secretarias municipais de Saúde, de Educação e Cultura, Cidadania e Assistência Social e assessoria pedagógica da Secretaria de Estado de Educação.

O aplicativo tem por objetivo apoiar os atendimentos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, garantindo que toda a rede de proteção seja conhecedora e esteja devidamente apta a atender os casos.

Considerando o atual contexto de pandemia, a ferramenta possibilita que os integrantes da rede continuem atuando nos casos de abuso sexual, cujas notificações continuaram a ser encaminhadas e as vítimas efetivamente protegidas, haja vista que a ferramenta solucionou a demanda referente a deslocamentos e protocolo de documentos nas instituições envolvidas.

Também venceu o Prêmio CNMP - edição 2021, na categoria Integração e Articulação, o projeto “Satélites Alertas: Combate aos desmatamentos e queimadas”. Concebido em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ele consiste no desenvolvimento e implantação de uma tecnologia que permite a intersecção de dados oficiais de áreas desmatadas e queimadas - monitoradas via satélite por sistemas do Inpe - com dados espaciais disponibilizados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-MT) e demais órgãos que possuem bases de dados ambientais, com objetivo de gerar relatórios automatizados sobre desmatamentos e incêndios nos imóveis rurais no Estado de Mato Grosso.

O projeto “Água para o Futuro: Interiorização” ficou na segunda colocação na categoria Sustentabilidade do



Prêmio CNMP. Além disso, o semifinalista “Minhas mãos também falam”, da categoria transversalidade dos direitos fundamentais, e o vencedor “Aplicativo Projeto Luz” levaram o selo “Respeito e Diversidade”, um reconhecimento às iniciativas que tiveram relação com a temática do respeito à diversidade.



SATÉLITES ALERTAS



COM OS TRÊS PRÊMIOS CONQUISTADOS NA EDIÇÃO 2021, O MPMT SOMOU 14 INICIATIVAS PREMIADAS EM NOVE ANOS PELO CNMP

<i>Em busca de uma tutela eficiente em favor das vítimas da criminalidade</i>	2013	3º
<i>Educando para recuperar</i>	2015	1º
<i>Lá em casa quem manda é o respeito</i>	2015	3º
<i>Núcleo de acompanhamento e fiscalização da execução de penas e medidas alternativas</i>	2015	3º
<i>Quem aceita o trabalho escravo, ajuda cavar esta cova</i>	2017	1º
<i>Livro: Porta de entrada para a cidadania</i>	2017	3º
<i>Leitura-caminho do saber</i>	2017	2º
<i>Projeto Verde Rio</i>	2017	3º
<i>Projeto água para o futuro</i>	2018	1º
<i>Rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia</i>	2018	2º
<i>Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento</i>	2020	2º
<i>Satélites alertas - Combate aos desmatamentos e queimadas ilegais no Estado de Mato Grosso</i>	2021	1º
<i>Aplicativo Projeto Luz</i>	2021	1º
<i>Água para o Futuro - Interiorização</i>	2021	2º



Projeto Água Para o Futuro Interiorização expandiu a iniciativa para outros municípios do Estado



Outro grande reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo MPMT foi a conquista inédita do Prêmio Inovare em 2019, com o projeto “Olhos da Mata - Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”. A iniciativa mato-grossense, premiada na categoria Ministério Público, concorreu com outras 165 práticas do país. O prêmio foi entregue pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao promotor de Justiça da comarca de Itiquira, Claudio Angelo Correa Gonzaga, e ao engenheiro florestal do MPMT José Guilherme Roquette.

O projeto consiste em um procedimento operacional que combina tecnologias de sensoriamento remoto com dados públicos, visando coibir o desmatamento ilegal. O município é cadastrado na plataforma Global Forest Watch para recebimento de alertas GLAD e VIIRS em tempo próximo ao real das ocorrências. As imagens de antes e depois da data dos alertas são analisadas e comparadas e, comprovado o impacto, busca-se pela possível autorização ou licença para desmatamento/queimada da área. O

passo seguinte é identificar e notificar o proprietário do imóvel rural a comparecer à promotoria de Justiça e apresentar sua defesa, bem como promover a reparação integral do dano ambiental. **M**

01 FINALISTA INNOVARE

“Olhos da Mata” contribui para reduzir emissões de gases do efeito estufa



MPMT na vanguarda

A seleção do projeto “Olhos da Mata - Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”, desenvolvido pela Promotoria de Justiça do município de Itiquira (MT), para disputar a final de uma das categorias do Prêmio Inovare, é motivo de orgulho para o Ministério Público de Mato Grosso, mas, principalmente uma demonstração de que é possível usar a criatividade, o conhecimento e novas tecnologias para cobrar ações que ameaçam o meio ambiente.

A iniciativa do promotor Claudio Angelo Correa Gonzaga, que identifica por imagens de satélite, em curto espaço de tempo, o ocorrência de desmatamentos ilegais e queimadas, possibilita uma ação rápida do poder público que reduz significativamente os danos ao crime ambiental em curso.

José Antônio Borges Pereira
Promotor de Justiça

MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

02 Desafio da corrida contra o tempo

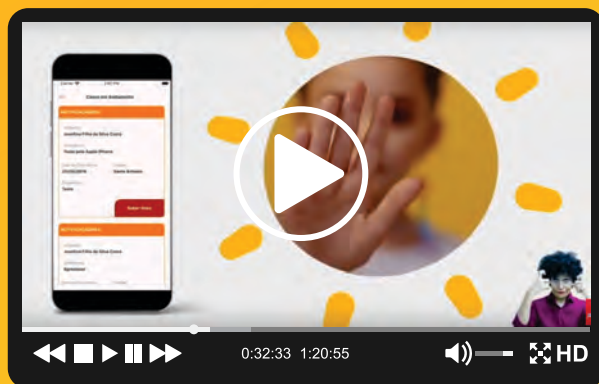
03 Conheça o passo a passo da iniciativa

04 Projeto tem resultados comprovados na prática

O projeto Olhos da Mata conquistou o inédito Prêmio Inovare em 2019



MEMÓRIAS EM VÍDEO | CONHEÇA AS INICIATIVAS PREMIADAS EM 2021

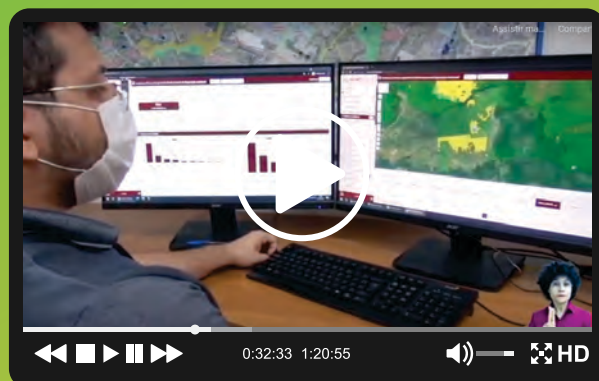


PERSUAÇÃO CÍVEL E PENAL

Aplicativo projeto luz



Posicione a camera do celular no QrCode para acessar o vídeo.



INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Satélites Alertas- Combate aos desmatamentos ilegais no Estado de Mato Grosso



Posicione a camera do celular no QrCode para acessar o vídeo.



SUSTENTABILIDADE

Água para o futuro - interiorização



Posicione a camera do celular no QrCode para acessar o vídeo.

GALERIA DE FOTOS | PRÊMIO CNMP



2021 • APLICATIVO PROJETO LUZ



2013 • EM BUSCA DE UMA TUTELA EFICIENTE



2015 • NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



2017 • LEITURA - CAMINHO DO SABER



2017 • LIVRO PORTA DE ENTRADA PARA A CIDADANIA



2017 • QUEM ACEITA O TRABALHO ESCRAVO, AJUDA CAVAR ESTA COVA



2018 • ÁGUA PARA O FUTURO



2018 • PROJETO REDE DE ENFRENTAMENTO

REDES SOCIAIS

APROXIMAM MP DA POPULAÇÃO

Por Tania Rauber



687 SEGUIDORES



3.424 INSCRITOS



13.833 SEGUIDORES



15.300 SEGUIDORES

* Dados do DECOM-MPMT de outubro de 2021

Importante instrumento de aproximação com a população, a comunicação institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso tem cada vez maior alcance nas redes sociais. Nos últimos três anos, todas tiveram crescimento significativo.

No Instagram, o número de seguidores saltou de 1.003 para 15.300. No Facebook, passou de 11.611 para 13.833. Já no YouTube, 347 pessoas estavam inscritas no início de 2019. Hoje, são 3.424. No Twitter, o número de seguidores passou de 136 para 687.

Nas plataformas são compartilhados materiais em formato de imagem e vídeo, com link para acesso a todas as notícias divulgadas no site da instituição, referentes a atividades factuais e projetos desenvolvidos em todo o estado.

Se você ainda não acompanha, segue lá! **M**

Instagram: @mpemt

Facebook: @mpemt

Twitter: @mpdemt

YouTube:

www.youtube.com/c/MinisterioPublicodoEstadoMatoGrosso/





MEMBROS E SERVIDORES ADEREM A CAMPANHA DE COMEMORAÇÃO DOS 130 ANOS DO MPMT

Por Tania Rauber

Na trajetória de 130 anos, muita gente contribuiu e continua contribuindo para o cumprimento da missão institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Para valorizar o envolvimento e dedicação de membros e servidores na construção dessa história, o Memorial realizou, no mês de agosto, a campanha "Eu faço parte dessa história".

Entre os dias 10 e 31, templates comemorativos com a foto de integrantes da instituição foram compartilhados no perfil oficial do MPMT no Instagram. Foram 123 postagens nos stories, com média de 750 visualizações cada.

Os templates alusivos à data foram disponibilizados aos servidores e membros por e-mail corporativo, para inserção de foto pessoal e postagem em suas redes. Além de valorizar o trabalho dos integrantes, a campanha também incentivou o envolvimento dos mesmos nas redes sociais do MPMT.

Todo o processo de produção dos cards e publicação teve apoio do Departamento de Comunicação.

Eu FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA



MEMORIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Esther Louise Asvolinsque Peixoto
Subprocuradora-Geral de Justiça



Ludmilla Evelin de F. Sant'Ana Cardoso
Promotora de Justiça



Cassio de Oliveira



Fabrício Miranda Mereb
Promotor de Justiça



Ananias Marques da Silva



Valnice Silva dos Santos
Promotora de Justiça



Berenide Aparecida Modolo Lobo



Patrícia Almeida Andreato Leme



Antônio Evangelista da Costa



Marlete Almeida Portela Delfino



Maria Cristina Brito



Wagner Antonio Camilo
Promotor de Justiça



Delma de Souza Moura



Cleudes Mario Alves da Silva



Eliana Cícero de Sá Maranhão
Procuradora de Justiça



Morgana Moreira Moura



Francijane Moreira de Carmo Höser



Claire Vogel Dutra
Promotora Auxiliar do PGJ



Vidalina Domingas do Prado



Selma Martins de Oliveira



Rosana Marra
Procuradora de Justiça

Eu FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA



Esther Suzarte Bueno



Rodrigo Ribeiro Domingues
Promotor de Justiça



Edilene Maria de Santana



Ruthe Bispo Sales



Gerson Natalício Barbosa
Procurador de Justiça



Equipe Departamento de Engenharia - DENG



Gabriela Maria Bonilha de Arruda



José Gabriel da Silva



Thiago Ataíde de Oliveira Rodrigues

Eu FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA



MEMORIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Adriano Augusto Streicher de Souza
Promotor de Justiça



Paulo Roberto Jorge do Prado
Procurador de Justiça



Daniele Crema da R. de Souza, Henrique de
Carvalho Pugliesi e Ana Carolina R. Alves Fernandes
Promotores de Justiça



Susana Fátima dos Santos



Annelysse Cristine Cândido Santos



Giovana Bárbara Neves Lourenço



Edilaine Mary de Brazil



Fabiana Natalia dos Santos Dias



Tania Mara Rauber



Janaine Santos de Assis Souza



Elisamara Sigles Vodonós Portela
Promotora de Justiça



Ana Luiza Anache Leite



Márcia Regina Cardoso Carvalho



Allan Carlos Finotti Borges



Marcela Tereza B. da Silva do Prado



Celso Hugueney de Melo



Tarsis Sartori Eko



Luiz Massao Ikeda



Aleksander Rezende Alves Campos



Tessaline Luciana Higuchi V. dos Santos
Promotora de Justiça



Luciana Rocha Abrão David
Promotora de Justiça

Eu FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA



MEMORIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Patrícia Eleutério Campos Dower
Promotora de Justiça



Eunice Helena Rodrigues de Barros
Procuradora de Justiça



Anne Karine L. Hugueney Wiegert
Promotora de Justiça



Adair Santos de Souza



Clênia Goreth da Silva Souza



Adalberto Ferreira de Souza Junior
Promotor de Justiça



Kamilla Queiroz Lemes Bueno



Ediane Karina Damascena



Ozivânia França de O. Luzzato



Anne Cristina Garcia Neves



José Antônio Borges Pereira
Procurador-Geral de Justiça



Mariela Maria Mesquita Costa



Ricardo Dias Ferreira



Carlos Alberto Arça Gaspar



Luiz Fernando Rossi Pipino
Promotor de Justiça



Josenil Xavier dos Santos



Ivonete Bernardes Oliveira Lopes
Promotora de Justiça



Wando Geremias Barbosa



Marcos Aurelio Borges Nogueira



Eziel da Silva Santos



Mariane Mesquita Souza Hartung

Eu FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA



Marcelle Rodrigues da Costa e Faria
Promotora de Justiça



Milton Mattos da Silveira Neto
Secretário-Geral do MPMT



Gileade Pereira Souza Maia
Promotora de Justiça



Deosdete Cruz Junior
Subprocurador-Geral de Justiça



Maxwell Morbeck Leite



Heber Rogerio Pinto



Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira
Promotor de Justiça



Mariana Batizoco Silva Alcântara
Promotora de Justiça



Paulo Henrique de C C Geraldês



Wander Cássio Soares de Sá



Devailson Francisco da Silva



José Francisco Capistrano de Pinho



Kenia Michele Kikuchi



Daniela Berigo Büttner Castor
Promotora de Justiça



Izabete Betti



Sasenazy Soares Rocha Dauenbach
Promotora de Justiça



Arnaldo Justino da Silva
Promotor de Justiça



Gleidson Ribeiro dos Santos



Jonathan Almeida Nery



Douglas Feijó de Oliveira



Ana Izabelle Freitas Faria

Eu FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA



Ludmila Auxiliadora S. Audi Bernardino



Luciana Fernandes de Freitas
Promotora de Justiça



Daniel Luiz dos Santos
Promotor de Justiça



Marcelo Malvezzi
Promotor de Justiça



Leandro Queiroz Soares



Misaine Cristina Pereira



Alex Magalhães Dias



Loaci Argemira Cavalcanti



Rafael Adão



Arthur Yasuhiro Kenji Sato
Promotor de Justiça



Janã Pinheiro Soares Souza



Hellen Uliam Kuriki
Promotora Auxiliar do PGJ



Nadir Alves da Silva



Daniel Ribeiro Soares



Jose Fabricio da Silva Nascimento



Silvia Cristina Garbim Pinto



César Danilo Ribeiro de Novais
Promotor de Justiça



Cristina Teles Rodak



Miguel Shlessarenko
Promotor de Justiça



Mauro Zaque de Jesus
Promotor de Justiça



Antonio Sergio Cordeiro Piedade
Promotor de Justiça

Eu FAÇO PARTE DESTA HISTÓRIA



MEMORIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Angelica Fatima Kaipper



Anderson Rodrigues de Pinho



Hugo César Mendes Reveles



Valéria Melo Oliveira



Jaqueline Botelho de Souza



Rhyzea Lucia Cavalcanti de Moraes
Promotora de Justiça



Thalyne Ingrid Almeida Ribeiro



Mariela Maria Mesquita Costa

Para ouvir os podcasts basta acessar o QRCode ou entrar diretamente na plataforma Spotify, digitar o nome do canal e seguir.



**Sexta-feira você tem um
ENCONTRO MARCADO...**

CHEGOU O PODCAST "VOZES DO MPMT", O NOVO CANAL DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

É o MPMT buscando novos espaços de diálogo e informação, agora num formato que cabe na rotina corrida da atualidade.





OUVIDORIA *das Mulheres*

registre sua demanda

DENUNCIE!

Fale com a gente <<<<<<

Acesse os canais de atendimento da Ouvidoria das Mulheres



Ligue: 127 das 8 às 18h (Custo de uma ligação local)



Telefones (Whatsapp)

(65) 99259-0913 e (65) 99269-8113



ouvidoriadasmulheres@mpmt.mp.br



mpmt.mp.br/ouvidoria



www.mpmt.mp.br



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

